

## RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### SENADO FEDERAL

#### Plenário – 16 a 18/04

O Senado deve votar nesta terça-feira (16), em primeiro turno, a **PEC 45/2023**, que criminaliza a posse de qualquer quantidade de droga ilícita. Apresentada pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, o texto reforça o que já está previsto na Lei de Drogas (Lei 11.343, de 2006), que determina penas para o porte e a posse de drogas para consumo pessoal.

Na pauta de votação do Plenário, entre outras proposições, também consta o **PL 81/2024**, sobre a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até dois salários-mínimos. A proposta reajusta a faixa de isenção do IR para pessoas que ganham até R\$ 2.259,20 por mês.

Na quarta-feira (17), está prevista às 11h, sessão de debate sobre a reforma do Código Civil para promover o recebimento, a exposição e o debate do anteprojeto elaborado pela CJCODCIVIL. O requerimento é de autoria do sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG).

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

**Resultado:** O Plenário do Senado aprovou esta semana a PEC 45/2023, que insere no art. 5º da Constituição a determinação de que é crime a posse ou porte de qualquer quantidade de droga ou entorpecente “sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”. A PEC segue para a Câmara dos Deputados.

Os senadores também aprovaram o projeto de lei que modifica as regras de isenção de Imposto de Renda, beneficiando pessoas que ganham até dois salários mínimos. O PL 81/2024, originado na Câmara dos Deputados, segue para sanção presidencial.

**CPI da Braskem – 17/04**

Membros da CPI da Braskem realizarão visita técnica a Maceió na quarta-feira (17). Os parlamentares deverão visitar os bairros afetados pelo afundamento do solo e reunião ampliada com Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União e representantes dos moradores.

**Resultado:** A ida a Maceió foi cancelada pelos parlamentares.

**Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 17/04 - 10h - Plenário 03**

**ITEM 02 – [PEC 10/2023](#),** que Altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

O relator, senador Eduardo Gomes, apresentou [parecer](#) favorável à Proposta, bem como pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 3, 8, 16, 19 e 21, contrário às Emendas nºs 7, 36 e 38 e pelo acolhimento parcial das demais Emendas, na forma do substitutivo.

**Resultado:** Aprovado. A proposta recebeu 18 votos favoráveis, 7 contrários e 1 abstenção. O texto agora segue para o Plenário.

**ITEM 03 – [PL 2234/2022](#),** que dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional.

O relator, senador Irajá, apresentou [parecer](#) com voto favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 4.

**Resultado:** Não deliberado.

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário - 16 a 18/04

Pauta da semana ainda não foi divulgada.

Há expectativa da votação do **PL 1026/2024**, que altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, para estabelecer alíquotas reduzidas no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos e o **PL 1027/2024**, que estabelece alíquotas reduzidas da contribuição previdenciária aplicável a determinados Municípios.

**Resultado:** A Câmara dos Deputados aprovou PL 1640/2022, que cria a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental destinada aos pais e familiares no momento do luto por perda gestacional, óbito fetal e neonatal. A proposta será enviada ao Senado.

Segundo o texto, as unidades de saúde devem seguir os protocolos estabelecidos pelas autoridades sanitárias, assegurando respostas rápidas, eficientes, transparentes e humanizadas no atendimento.

### Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - 17/04 - 16h30 - Plenário 06

Debate sobre o instituto da colaboração premiada. Entre os convidados, destacam-se:

- Fabiano Emídio De Lucena Martins, Delegado de Polícia Federal;
- Luís Roberto Barroso, Presidente Conselho Nacional de Justiça;
- Paulo Gustavo Gonet Branco, Procurador-Geral Procuradoria Geral da República;
- Pedro Ivo De Sousa, Promotor de justiça do Ministério Público do Espírito Santo.

**Resultado:** Realizada.